
Judiciário vive ascensão política e institucional

“O Judiciário deixou de ser um técnico, passando a ter um papel político que ocupa os vácuos de outros poderes.” A frase é do advogado Luís Roberto Barroso ao fazer uma análise sobre os 20 anos da Constituição Federal.

Para o advogado, o Executivo sofre com uma característica imperialista, o Legislativo mudou o foco de sua iniciativa e precisa urgente da reforma política e o Judiciário, por sua vez, vive uma ascensão política e institucional.

Ele participou, na quarta-feira (1/10), da conferência *20 anos da Constituição: Democracia, Poder Judiciário e Interpretação Constitucional*, que aconteceu na sede da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), em Brasília. Além de juízes, advogados e estudantes, o evento contou com a participação do ministro do TST Horácio Senna Pires e o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça Altino Pedrozo.

Barroso também falou sobre o papel social da Constituição, que deve ser observado por todos os operadores do Direito. “O Judiciário tem de ser transparente e prestar contas à sociedade. Ele não é um fim em si mesmo”, afirmou Barroso. Nesse aspecto, segundo o advogado, é importante que os direitos fundamentais sejam defendidos, mesmo que contra a vontade da maioria.

“A democracia é o direito da maioria, respeitando os direitos fundamentais”, afirmou. Para Barroso, “o Poder Judiciário ocupa uma posição de grande poder e grande risco e deve agir com ousadia e prudência”.

Sobre a Constituição, o presidente da Anamatra, Cláudio José Montesso, afirmou que, “apesar das dificuldades pelas quais passou durante esse tempo, é instrumento importante para a preservação dos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros”.

Date Created

02/10/2008